SemeAd 2024
XXVII Seminários em Administração

05, 06, 07 e 08 de novembro de 2024
ISSN 2177-3866

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: sustentabilidade em órgãos públicos e o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

ELLEN KATHIA TAVARES BATISTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

ANA LÚCIA DE ARAÚJO LIMA COELHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: sustentabilidade em órgãos públicos e o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

1 Introdução

Nas últimas décadas, a preocupação com a crise ambiental tem crescido substancialmente, impulsionada pela conscientização de governos e segmentos sociais sobre os impactos negativos das novas tecnologias e da abordagem instrumental do meio ambiente e da vida humana. Esse cenário, agravado pelo progresso industrial, modificou a relação entre o homem e a natureza, gerando transformações econômicas, ambientais e sociais significativas. A ampla disseminação de informações por meio dos novos meios de comunicação intensificou a mobilização em torno dessas questões, tornando-as um tema central em encontros mundiais e na mídia, além de serem amplamente discutidas em pesquisas acadêmicas globais (Dias, 2017; Dias, 2015). Os anseios sociais focam em padrões de produção e consumo sustentáveis, proteção ambiental, garantia de equidade entre gerações presentes e futuras e responsabilidade social. Assim, organizações públicas e privadas são cada vez mais pressionadas a adotar a sustentabilidade em seus ambientes organizacionais (Dias, 2017; Dias, 2015).

O termo sustentabilidade começou a ganhar destaque, a partir da década de 1960, quando eventos globais desencadearam debates sobre a finitude dos recursos naturais e a inadequação do modelo de desenvolvimento econômico vigente. Esses pleitos foram cruciais para a conscientização ambiental da sociedade e a busca de alternativas que integrem aspectos sociais, econômicos e ambientais (Nascimento, 2012; Van Bellen, 2006). Entre os eventos mais significativos estão a Conferência de Estocolmo de 1972, que gerou o primeiro documento referindo-se à sustentabilidade e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente -Eco-92, que resultou na Agenda 21, orientando ações e planejamentos participativos para a implementação de práticas sustentáveis (Barbieri, 2020; Alshuwaikhat et al., 2017; Dias, 2015).

No que tange a administração pública, a sustentabilidade impõe novos desafios, exigindo estratégias que integrem as dimensões ambiental, social e econômica. Governos, como grandes consumidores e fornecedores, possuem um poder significativo para influenciar a adoção de práticas sustentáveis nos diversos setores (Biage; Calado, 2015; Jacobi, 2003). No Brasil, desde a Constituição de 1988, estabeleceu que tanto o poder público quanto a sociedade têm o dever de preservar o meio ambiente, garantindo a sustentabilidade para as futuras gerações. Como regulador, o Estado cria e fiscaliza leis e programas que promovem uma administração pública sustentável (Barbieri, 2020; Alshuwaikhat et al., 2017; Dias, 2015).

A Agenda 21, decorrente da Eco-92, estabelece diretrizes para a implementação de práticas sustentáveis, reconhecendo a interdependência entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais (Nascimento, 2012; Van Bellen, 2006). Um dos instrumentos obrigatórios que apoia as práticas sustentáveis e racionaliza gastos e processos nas instituições públicas federais é o chamado Plano de Logística Sustentável (PLS). Segundo o Decreto Federal nº 7.746/2012, o PLS visa integrar as dimensões ambiental, social e econômica na gestão pública, promovendo a otimização de recursos e a redução de impactos ambientais (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, esta pesquisa propõe realizar uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de explorar estudos acadêmicos que abordam as práticas sustentáveis adotadas em órgãos públicos por meio do Plano de Logística Sustentável (PLS). Com isso, procura-se destacar as melhores práticas e os desafios enfrentados na implementação de políticas sustentáveis no setor público, contribuindo para um desenvolvimento equilibrado e duradouro para as próximas gerações.

Uma das principais lacunas referente ao tema objeto da pesquisa é a falta de conhecimento mais aprofundado e a conscientização dos servidores públicos sobre o PLS e suas diretrizes. Muitos servidores desconhecem os objetivos e as ações previstas no plano, o que dificulta a adoção efetiva de práticas sustentáveis dentro das instituições (TCU, 2018). Além

disso, há uma evolução limitada na incorporação de critérios e práticas sustentáveis nas contratações públicas, o que é essencial para promover uma economia verde e sustentável (ENAP, 2018).

Portanto, a revisão sistemática da literatura sobre o PLS no setor público busca preencher as lacunas, oferecendo diretrizes práticas e insights para a promoção da sustentabilidade nessas instituições. Ao identificar as melhores práticas e os desafios enfrentados, esta pesquisa contribuirá para a construção de um desenvolvimento equilibrado e duradouro, beneficiando tanto os órgãos públicos quanto a sociedade em geral. A implementação efetiva de práticas sustentáveis não só reduzirá o impacto ambiental e os custos operacionais a longo prazo, mas também promoverá uma imagem institucional mais responsável e alinhada com as demandas atuais por ações mais sustentáveis (Almeida; Scatena; Luz, 2017).

2 Fundamentação Teórica

O termo sustentabilidade possui dois aspectos: um passivo, referente à capacidade de manter-se equilibrado, e um ativo, que envolve ações contínuas de preservação para prolongar sua duração (Klarin, 2018; Boff, 2017; Barbosa; Drach; Corbella, 2014; Mikhailova, 2004).

Na década de 1960, a conscientização ambiental cresceu, especialmente após a publicação de "Silent Spring" por Rachel Carson em 1962 (Dias, 2017). O desenvolvimento sustentável (DS) ganhou destaque com o Relatório Brundtland de 1987, propondo a conciliação entre desenvolvimento e meio ambiente (Barbieri, 2020). Esta noção deriva do ecodesenvolvimento proposto por Ignacy Sachs, destacando a ligação entre desenvolvimento e sustentabilidade (Bursztyn; Bursztyn, 2006).

Na década de 1990, John Elkington idealizou o modelo de gestão organizacional Triple Bottom Line (TBL), propondo o equilíbrio entre patrimônio social (pessoas), prosperidade econômica (lucro) e qualidade ambiental (planeta) (Laurell et al., 2019). Embora amplamente aceito, o TBL enfrenta críticas pela rápida adoção por empresas sem histórico consistente de práticas ambientais e sociais e pela falta de uma metodologia adequada para mensurar os pilares isoladamente (Barbieri, 2020).

A relação entre Sustentabilidade e DS pode ser vista de duas maneiras: uma visão, reforçada por Sachs (1993), no qual vê o desenvolvimento sustentável como o caminho para alcançar a sustentabilidade, sendo este o objetivo final de longo prazo. Outra perspectiva, reforçada por Elkington (2001), considera a sustentabilidade como um processo essencial para atingir o desenvolvimento sustentável, sendo este o objetivo desejado (Sartori; Latrônico; Campos, 2014). A orientação quanto ao objetivo e ao processo varia conforme o contexto socioeconômico e ambiental de cada região (Barbosa, Drach, Corbella, 2014).

Em 2002, a Cúpula Mundial (Rio+10) atualizou a concepção de desenvolvimento sustentável (DS), focando na melhoria da qualidade de vida sem aumentar o uso de recursos naturais, equilibrando as dimensões econômica, ambiental e social. DS e sustentabilidade são vistos como inter-relacionados, buscando satisfazer as necessidades humanas e proteger os sistemas de suporte à vida (Feil; Schreiber, 2017).

Em 2004, o modelo ESG (Environmental, Social and Corporate Governance), em português Ambiental, Social e Governança, foi concebido pelo Pacto Global e o Banco Mundial, oferecendo uma visão holística da sustentabilidade e destacando transparência, fiscalização e combate à corrupção como elementos essenciais para uma cultura de boa governança (Costa, Ferezin, 2021).

Após mais de três décadas da oficialização dessas terminologias, a diversidade terminológica e conceitual aumentou (Klarin, 2018). Sachs ampliou o conceito de sustentabilidade, propondo uma abordagem dinâmica e incluindo dimensões espaciais e culturais. Este modelo foi posteriormente expandido para oito dimensões, enfatizando a

necessidade de considerar simultaneamente todos os aspectos da sustentabilidade (Sachs, 2009). Barbosa et al. (2014) definem DS como um processo de aprendizagem social de longo prazo, caracterizado por mudanças contínuas. Veiga (2015), por sua vez, critica a limitação do tripé clássico da sustentabilidade – econômico, social e ambiental -, argumentando que outras dimensões, como climáticas, biodiversidade e hídrica, também são relevantes.

No Brasil, a demanda internacional incentivou o poder público a priorizar a gestão ambiental, tornando a legislação mais pragmática, especialmente em relação à responsabilidade do Estado como agente transgressor. A sustentabilidade é frequentemente avaliada em três dimensões: ambiental, social e econômico. O aspecto ambiental relaciona-se à qualidade do meio ambiente necessária para as atividades econômicas e vida humana, enquanto os aspectos social e econômico garantem os direitos humanos e a igualdade econômica, mantendo o capital natural, social e humano em virtude da obtenção de renda justa e padrão de vida adequado. O equilíbrio dessas dimensões é essencial, mas desafiador, pois a sustentabilidade em uma área pode causar insustentabilidade em outra (Klarin, 2018).

A crescente preocupação com questões ambientais tem levado Estados e organizações a integrarem esses temas em suas estratégias e ações. A partir de 1972, após a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, a sociedade global reconheceu que a industrialização estava ultrapassando os limites ecológicos, tornando insustentáveis as práticas vigentes (ONU, 1972). Em 1987, o Relatório de Brundtland trouxe à tona o conceito de desenvolvimento sustentável, explicando que ele consiste em atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem às suas próprias necessidades (Nascimento, 2012). A Conferência do Rio em 1992 reforçou essa ideia, destacando a necessidade de equilibrar desenvolvimento e preservação ambiental para atender gerações presentes e futuras (ONU, 1992a).

A Rio-92 também gerou a Agenda 21 Global, comprometendo 179 países a implementar políticas sustentáveis, focadas em atender necessidades básicas, melhorar a qualidade de vida e proteger ecossistemas (ONU, 1992b). No Brasil, essa agenda levou à criação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável em 1997, que visava desenvolver estratégias de sustentabilidade (Nascimento, 2012). Em 1999, o Ministério do Meio Ambiente iniciou um projeto para rever padrões de consumo e promover sustentabilidade na administração pública, estabelecendo a A3P, um programa voluntário para gestores públicos (MMA, 2009).

Em 2001, o Ministério do Meio Ambiente implementou a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), um programa que tem como objetivo estimular os órgãos públicos do país a adotarem práticas sustentáveis. A implementação dessa agenda reflete o compromisso dos órgãos em buscar eficiência nas atividades públicas, ao mesmo tempo em que promovem a preservação do meio ambiente. O programa estabelece duas formas de relacionamento com as instituições: a Rede A3P, que atende parceiros formais e informais para o uso de uma plataforma de troca de informações e experiências, e as Instituições com Termo de Adesão, que são órgãos que atendem a uma série de requisitos junto ao Ministério do Meio Ambiente e recebem apoio técnico para a implementação da mencionada agenda ambiental.

Em 2002, a Rio +10 em Joanesburgo avaliou os avanços desde a Rio-92, aprovando programas para apoiar mudanças nos padrões de consumo e produção. O Processo de Marrakesh, iniciado em 2003, visou fortalecer práticas sustentáveis nos países membros da ONU (PNUMA, UNDESA). O Brasil aderiu a esse processo em 2007 e criou o Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentável em 2008, mobilizando vários setores para elaborar um plano de ação (TCU, 2018).

A Rio +20 em 2012 reafirmou compromissos globais com a sustentabilidade, avaliando medidas anteriores e identificando lacunas. Em 2015, a ONU estabeleceu a Agenda 2030, com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo (ONU, 2015).

No Brasil, além das iniciativas globais, houve a inclusão de medidas jurídicas, como o artigo 225 da Constituição de 1988, que garante um meio ambiente equilibrado como direito de todos, impondo ao governo e à sociedade o dever de preservá-lo (BRASIL, 1988). A Emenda Constitucional nº 42 de 2003 também incluiu a proteção ambiental como princípio da atividade econômica (BRASIL, 2003).

No âmbito da administração pública, a Instrução Normativa Nº 01/2010 estabeleceu critérios de sustentabilidade para aquisições públicas, considerado o primeiro marco regulatório ambiental para o governo federal (Valente, 2011). O Decreto Federal Nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa Nº 10/2012 exigiram a criação de Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), detalhando práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos (BRASIL, 2012).

Mais recentemente, as Portaria 8.678/2021 SEGES/ME e Portaria 5.376/2023 SEGES/MGI lançaram novas orientações para a adoção de práticas sustentáveis nos órgãos públicos. Essas portarias reforçam a importância da adoção de medidas que promovam a sustentabilidade ambiental, a racionalização do uso de recursos e a eficiência energética. Elas estabelecem procedimentos e parâmetros que os órgãos públicos devem seguir para elaborar e implementar seus Planos de Logística Sustentável (PLS), visando a redução do consumo de papel, água e energia, além da gestão adequada de resíduos.

Essas novas regulamentações também enfatizam a necessidade de capacitação e conscientização dos servidores públicos sobre a importância da sustentabilidade nas práticas administrativas diárias. Entre as medidas previstas, destacam-se a promoção de campanhas educativas, a realização de treinamentos específicos e a criação de comitês de sustentabilidade em cada órgão, responsáveis por monitorar e avaliar a eficácia das ações implementadas.

Ainda, a implementação dessas portarias representa um avanço significativo na integração da sustentabilidade na gestão pública, alinhando-se às metas de desenvolvimento sustentável estabelecidas pela Agenda 2030 da ONU.

3 Procedimentos Metodológicos

A revisão sistemática da literatura (RSL) surge como uma maneira de sintetizar essas referências, apresentando todas as fases de construção desse processo de forma imparcial e sistemática (Donato; Donato, 2019). Ela visa apresentar todas as pesquisas relevantes por meio de uma análise e interpretação, a fim de responder a uma pergunta específica com base em um fenômeno de interesse, incorporando estudos primários sobre o assunto e tendo características de estudos secundários (Kitchenham, 2004). Os passos seguidos incluem a definição da estratégia de busca, os critérios para seleção das fontes primárias e a descrição dos critérios para inclusão e exclusão dos artigos relevantes (Kitchenham; Brereton, 2013).

Esta Revisão Sistemática da Literatura se propõe identificar estudos sobre as práticas sustentáveis que vêm sendo adotadas em órgãos públicos sob o enfoque do PLS. Assim, a questão de pesquisa norteadora desta RSL é: Quais práticas sustentáveis têm sido adotadas por órgãos públicos através da implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS), conforme identificado em estudos recentes?

Para este estudo, foram escolhidas as bases de dados que trouxessem maior variedade de estudos relevantes que enriquecesse a pesquisa. Como há inúmeras bases de dados de acesso possível, optou-se por utilizar: *Web of Science, Scopus, SciELO, SPELL, Portal de Periódicos CAPES, e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.*

A *Web of Science* é considerada a base de pesquisa mais abrangente em termos de cenário mundial, sua amplitude e diversidade tornam-na fundamental para obter uma visão global das publicações científicas. A *Scopus* é outra base de dados essencial para pesquisas globais, ela oferece excelentes filtros de refinamento, facilitando a busca por artigos específicos e relevantes em diversas áreas do conhecimento. A *SciELO* foi escolhida por conseguir abarcar

artigos produzidos nacionalmente e, também, na américa latina. Ela agrega estudos nacionais que muitas vezes não são incluídos em bases de dados internacionais. Por sua vez, a *SPELL* abrange um panorama nacional de publicações na área de Administração, que é o foco deste estudo, proporcionando acesso a artigos diretamente relacionados ao tema em questão. Já no *Portal de Periódicos CAPES*, é possível encontrar as produções científicas tanto internacionais quanto nacionais. Ele complementa a busca, garantindo que artigos relevantes de diversas origens sejam considerados.

Por fim, a *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD* é importante para acessar dissertações e teses que frequentemente contêm pesquisas originais e ricas em informações. Incluí-lo permite uma abrangência maior e um aprofundamento em estudos que, muitas vezes, são pioneiros em suas áreas.

Uma base que poderia ter sido utilizada é o *Google Scholar* que, embora seja um repositório vasto de artigos, o Google Scholar apresenta algumas limitações significativas. A principal desvantagem é a dificuldade em replicar as buscas, pois não apresenta claramente as fontes anexadas (Donato; Donato, 2019). Além disso, os filtros disponíveis são limitados, dificultando a aplicação de temas específicos como os propostos neste estudo.

Após a seleção das bases de dados que seriam consultadas, a coleta de dados foi realizada entre 25 de maio e 02 de junho de 2024. Durante esse período, foi necessário adequar os termos de busca, pois as *strings* de busca iniciais não traziam estudos proeminentes para o tema. Com base nesses testes iniciais, a *string* de busca final foi definida e aplicada em todas as bases selecionadas.

Quadro 1 – *String* de busca

ORDEM	ETAPA	DECISÃO
1	Definição dos descritores	Português: *Prática Sustentável; Ação Sustentável; Sustentabilidade organizacional; Desenvolvimento sustentável; Gestão Sustentável; Organizações Públicas; Setor Público; Administração Pública; PLS* Inglês: *Sustainable Practice; Sustainable Action; Organizational Sustainability; Sustainable Development; Sustainable Management; Public Organizations; Public Sector; Public Administration; PLS*
2	Definição dos operadores *booleanos*	OR, AND, *, “”
3	Estratégias de busca	1 - *("Sustainable Practice*" OR "Sustainable Action*" OR "Organizational Sustainability" OR "Sustainable Development" OR "Sustainable Management") AND ("Public Organizations” OR "Public Sector" OR "Public Administration”) AND ("PLS").* *2 - ("Prática Sustentável*" OR "Ação Sustentável*" OR "Sustentabilidade organizacional" OR "Desenvolvimento sustentável" OR "Gestão Sustentável") AND ("Organizações Públicas" OR " Setor Público" OR "Administração Pública”) AND ("PLS").*

Fonte: Elaboração própria (2024).

As buscas foram realizadas sem a utilização de filtros, de modo a localizar o maior número de estudos possível. Aplicadas as buscas nas seis bases de dados, chegou-se ao seguinte resultado:

Tabela 1 – Resultados de busca por base de dados

Base de dados	Número de documentos encontrados
Web of Science	18
SciELO	4
SPELL	12
Scopus	689
Periódicos CAPES	83
Teses e Dissertações - BDTD	61
Total de documentos	**867**

Fonte: Elaboração própria (2024).

Após a realização da busca, foram encontrados 867 estudos, distribuídas em bases de dados utilizadas. Esses resultados foram importados e consolidados na Plataforma *Rayyan,* uma ferramenta online baseada em inteligência artificial que auxilia uma revisão de literatura. Optou-se por essa ferramenta devido ao grande volume de documentos encontrados, o que facilitou a identificação de estudos duplicados, a leitura dos resumos e a seleção dos materiais para nossa RSL.

A partir do Rayyan, foram identificados e removidos os estudos duplicados entre os 867 inicialmente encontrados, resultando na exclusão de 197 documentos repetidos. Em seguida, procedeu-se à análise dos títulos e resumos dos 670 estudos restantes, dos quais 554 foram descartados nessa fase. Durante essa triagem, observou-se que, devido às buscas realizadas em inglês, muitos desses documentos estavam relacionados ao PLS - *Partial Least Squares*, um método estatístico frequentemente aplicado em modelos de equações estruturais e análise de componentes principais, não se adequando diretamente ao tema desta pesquisa.

Os critérios de inclusão e exclusão adotados nessa fase para selecionar os estudos a serem utilizados nesta RSL, foram definidos (Quadro 2), com o intuito de identificar aqueles que poderiam contribuir significativamente para a pesquisa.

Quadro 2 – Critérios de inclusão e exclusão (triagem)

INCLUSÃO	EXCLUSÃO
Documentos com acesso liberado de forma gratuita	Estudos repetidos
Estudos realizados nos últimos 10 anos	Estudos que não foquem o contexto da Administração Pública
Estudos que foquem no contexto de práticas sustentáveis em órgãos públicos	Documentos que não sejam artigos, teses ou dissertações (Ex: capítulo de livro, resenha, atas de congressos)

Fonte: Elaboração própria (2024).

Ao final deste processo, dos 116 documentos selecionados para uma leitura mais aprofundada, 65 foram excluídos por não estarem estritamente relacionados ao tema de interesse. Assim, 51 estudos foram considerados adequados para a análise sistemática.

Os artigos foram submetidos a leitura detalhada e, fazendo uso de uma planilha Excel, buscou-se a extração dos seguintes dados: *(i)* abordagem metodológica utilizada, *(ii)* a unidade de análise do estudo, (*iii*) palavras-chave, (iv) objetivos e *(v)* os principais resultados advindos da pesquisa. O resultado dessa extração pode ser verificado na sequência.

Além disso, é importante mencionar que foi utilizada a ferramenta de *IA LanguageTool* para aprimorar a redação do documento. A ferramenta foi útil tanto na correção de erros quanto na reformulação de algumas frases, melhorando a coesão do texto.

4 Resultados da Pesquisa

Esta pesquisa abordou uma variedade de artigos e dissertações, buscando apresentar um panorama abrangente das abordagens utilizadas, metodologias e resultados alcançados, de modo a permitir uma melhor compreensão das práticas sustentáveis implementadas nos órgãos públicos brasileiros. Os critérios de inclusão e exclusão foram cuidadosamente estabelecidos para garantir a relevância dos estudos selecionados. O Quadro 3 fornece a relação dos estudos selecionados sobre os Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) em diferentes órgãos públicos.

Quadro 3 – Estudos selecionados sobre Planos de Gestão de Logística Sustentável

N	TIPO	TÍTULO	AUTORIA (ANO)	UNIDADE DE ANÁLISE
1	Artigo	A função social das licitações sob a ótica do Plano de Gestão de Logística Sustentável – um estudo nas Universidades Federais Brasileiras	SOUSA, E. da S.; SOUSA, R. K. C. de; CARVALHO, D. B. de. (2014)	14 Universidades Federais (UFs)
2	Artigo	Inclusão de Práticas Ambientais nas auditorias realizadas no âmbito de uma Instituição Federal de Educação	LUIZ, L. C.; ALBERTON, L.; ROSA, F. S. da; PFITSCHER, E. D. (2014)	Uma instituição federal de educação
3	Artigo	Gestão pública e sustentabilidade: uma análise comparativa entre o programa da agenda ambiental na administração púbica - A3P e o plano de Gestão de Logística sustentável-PLS	CRUZ, A. B. S.; BENATTI, J. H. (2015)	Órgãos Públicos
4	Dissertação	O papel das instituições de educação superior na gestão voltada para a sustentabilidade: uma análise da Universidade Federal do Tocantins a partir do plano de gestão de logística sustentável	ALMEIDA, F. C. (2015)	Universidade Federal do Tocantins (UFT)
5	Artigo	Plano de Gestão Logística Sustentável: Proposição de ações e indicadores socioambientais para avaliar o desempenho nos órgãos públicos federais	LUIZ, L. C.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. da. (2015)	Órgãos Públicos Federais Brasileiros
6	Dissertação	A sustentabilidade na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: proposta de implantação de um software para o controle de indicadores do Plano de Gestão de Logística Sustentável	WERLE, C. (2016)	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
7	Artigo	A Gestão Ambiental no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul	MUA, C. T. B.; LAYDNER, P. A.; COSTA, M. F. N. da. (2016)	Comarcas do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul
8	Artigo	Diagnóstico dos Resíduos Sólidos na universidade Federal de Mato Grosso como subsídio para elaboração Plano de Logística Sustentável	MOURA, B. M. D. de; OLIVEIRA, M. G. S.; ARAÚJO, V. S. de; LIMA, E. B. N. R. (2016)	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá-MT
9	Artigo	A influência de fatores individuais no conhecimento sobre o Plano de Gestão de Logística Sustentável	GAZZONI, F.; SCHERER, F. L.; SANTOS, M. B. dos; HAHN, I. S.; CARPES, A. de M. (2016)	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

10	Artigo	Plano de Gestão de Logística Sustentável e seus indicadores: o conteúdo mínimo de divulgação, conscientização e capacitação nas universidades federais brasileiras	FRANCO, S. C.; CAMERON, M. M.; ALMEIDA, V. L. de; MOURA-LEITE, R. (2017)	63 Universidades Federais (UFs)
11	Dissertação	Plano de Logística Sustentável – A percepção dos servidores sobre o processo de implantação na Universidade Federal do Pampa	TOLFO, S. D. (2017)	Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
12	Artigo	Plano de Gestão de Logística Sustentável: blocos com reaproveitamento de resíduos contribuindo com Instituições Federais de Ensino Superior na adoção da A3P	SANTA, S. L. B.; PFITSCHER, E. D.; ROCHA, V. S. (2017)	Duas IFES no estado de Santa Catarina
13	Artigo	*Sustainability in public organizations: study of a brazilian federal educational institute*	DOTTO, D. M. R.; FELTRIN, T. S.; DENARDIN, A. C. M.; RUIZ, L. de M. (2018)	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
14	Artigo	A qualidade de vida no trabalho: uma proposta de melhorias para o Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	NOGUEIRA, M. V.; MOURA-LEITE, R. C.; LOPES, J. C. de J. (2018)	UFMS mais 29 Universidades Federais (UFs)
15	Dissertação	Análise das Questões Socioambientais na UFCG com base na Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	ARAUJO, S. M. (2018)	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
16	Artigo	A análise das práticas de coleta seletiva, no âmbito das universidades federais Brasileiras	RISSATO, P. H. S.; LOPES, J. C. de J.; MOURA-LEITE, R. C.; FIGUEIREDO, J. de C.; BINOTTO, E.; SILVA, F. F. da. (2018)	63 Universidades Federais (UFs)
17	Artigo	Práticas de Divulgação, conscientização e capacitação para a sustentabilidade: uma proposta para as Universidades Federais Brasileiras	RIBEIRO, M. M. C; MOURA-LEITE, R.; FRANCO, S. C.; MAX, C. Z. (2018)	63 Universidades Federais (UFs)
18	Dissertação	Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS): proposta de um modelo para a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul/RS	HELBERT, G. L. (2019)	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul/RS
19	Artigo	*The use of electrical energy in brazilian federal universities as long as the Sustainable Logistics Management Plan Approach*	SILVA, E. J. da; LOPES, J. C. de J.; PADGETT, R. C. M. L.; FIGUEIREDO, J. de C.; BINOTTO, E.; SILVA, F. F. da. (2019)	63 Universidades Federais brasileiras (UF)
20	Artigo	Práticas sustentáveis na UFRPE: a gamificação como ferramenta de educação ambiental	VELOSO, G. M. B.; ALBUQUERQUE, J. L. de; CORREIA NETO, J. da S.; CARVALHO, R. L. V. de; QUEVEDO, A. P. F. (2019)	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

21	Artigo	Educação Ambiental para a Melhoria Contínua do Plano de Logística Sustentável da Companhia Nacional de Abastecimento Superintendência Regional de São Paulo	CAYRES, R. M. V.; RUIZ, M. S.; AQUINO, S. (2019)	CONAB - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO
22	Dissertação	Sustentabilidade na Administração Pública e Plano de Logística Sustentável: o processo de desenvolvimento sustentável da Universidade Federal do Piauí - Teresina	LEITE, L. A. de O. (2019)	Universidade Federal do Piauí - UFPI
23	Artigo	A qualidade de vida no trabalho sob o enfoque do plano de Gestão de Logística Sustentável: uma análise das universidades federais brasileiras	NOGUEIRA, M. V.; MOURA-LEITE, R.; LOPES, J. C. de J. (2019)	30 Universidades Federais (UFs)
24	Dissertação	Plano de logística sustentável: uma análise sob a perspectiva da teoria da modernização ecológica	CONCEIÇÃO, D. A. (2020)	Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
25	Dissertação	Uma análise do Plano de Logística Sustentável a partir dos eixos temáticos na Universidade de Brasília	CARMO, S. S. (2020)	Universidade de Brasília (UnB)
26	Dissertação	Estudo da Sustentabilidade Ambiental no Ministério Público da Paraíba sob a ótica da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P	TORRES, A. R. L. E. (2020)	Ministério Público da Paraíba (MPPB)
27	Dissertação	Proposição de ações-chave para efetivar o Plano de Logística Sustentável no âmbito do IFMT	DEBACKER, G. (2020)	Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT)
28	Dissertação	Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Plano de Logística Sustentável (PLS): análise da gestão de água potável em uma unidade da UFMS	RENNO, E. S. (2020)	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - campus Aquidauana
29	Artigo	A responsabilidade socioambiental dos órgãos públicos - um olhar sobre a Justiça Federal da 5ª Região	GODOY, S. M.; MOREIRA, R. de M. FIALHO. (2021)	JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO
30	Artigo	Análise de aderência do plano de gestão de logística sustentável e das ações propostas na agenda A3P: um estudo de caso no CEFET/RJ	HAUSSMANN, A. M. F.; FRANÇA, S. L. B. (2021)	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)
31	Artigo	Análise do relatório de desempenho de metas do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Maranhão, ano-base 2018	COSTA, E. de S.; SOUSA, M. da C. P. de. (2021)	Seção Judiciária do Maranhão (SJMA)
32	Artigo	Gestão sustentável na administração pública: uma análise no tribunal de justiça do Tocantins	LIMA, N. B.; ALMEIDA, L. de A. (2021)	Tribunal de Justiça do Tocantins - TJTO

33	Artigo	*Brazilian federal universities and their sustainable practices based on sustainable logistics management plan*	MOURA-LEITE, R. C.; LOPES, J. C. de J.; YAMAZAKI, C. (2022)	63 Universidades Federais (UFs)
34	Dissertação	Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS no contexto de IFES: um estudo de casos múltiplos sobre a elaboração de PLS à luz da Educação Ambiental Crítica	BARBOSA, M. A. D. (2022)	Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB
35	Dissertação	Metodologia de avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para a Gestão Pública: uma aplicação no Poder Judiciário	VIEIRA, M. da C. A. (2022)	Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE
36	Dissertação	Gestão Ambiental no Judiciário: Plano de Logística Sustentável (PLS) como instrumento educacional para boas práticas ambientais	ALMEIDA, S. M. de. (2022)	Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE
37	Artigo	Água e Esgoto, sob o enfoque do Plano de Gestão de Logística Sustentável: Uma análise das práticas das Universidades Federais Brasileiras	CAMPOS, K. C. de; MOURA-LEITE, R. C.; LOPES, J. C. de J.; FIGUEIREDO, J. de C.; BINOTTO, E. (2022)	63 Universidades Federais Brasileiras
38	Artigo	Governança ambiental: transparência e efetividade de práticas sustentáveis em IES	MARUYAMA, U. G. R.; TRIGO, A. G. M.; TRIGO, J. A. (2022)	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ)
39	Artigo	CEFET/RJ's contributions to society: monitoring sustainable practices with Brazilian Sustainable Logistics Management Plan	ZEITOUNE, B.; TRIGO, A. G. M.; TRIGO, J. A.; PAZ, R. C. F. (2022)	Instituição de Ensino Superior (IES) – Cefet/RJ
40	Artigo	Análise das práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços nos *campis* do IFMT a partir dos Planos de Logística Sustentável	DEBACKER, G.; ABDALLA, M. M.; GONÇALVES C. (2022)	Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)
41	Artigo	Panorama da sustentabilidade ambiental nas estatais brasileiras dependentes: Um olhar sobre o Plano de Gestão de Logística Sustentável	MESQUITA, A. S. (2022)	18 empresas estatais federais
42	Artigo	Análise da gestão ambiental em uma instituição de ensino superior na região do cariri	CORDEIRO, M. V. C.; MAXIMO, V. de M.; NADAE, J. de; NASCIMENTO, D. C. do. (2022)	IFCE - *campus* Juazeiro do Norte
43	Artigo	Análise de implantação de Plano de Logística Sustentável nas Instituições de Ensino Superior no Brasil	CORDEIRO, M. V. C. C.; NADAE, J. de; CÂNDIDO, E. L.; NASCIMENTO, D. C. do. (2022)	68 Universidades Federais, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e 2 Centros Federais de Ensino

44	Artigo	Plano de gestão de logística sustentável na administração pública federal brasileira: uma revisão sistemática da literatura	CABRAL, V. N.; GUERRIERI, D. C. (2023)	RSL com treze pesquisas enquadradas nos critérios de seleção
45	Dissertação	Práticas Sustentáveis na administração Pública: a percepção de servidores técnicos-administrativos da UFPB	MOURÃO, Q. M. B. (2023)	Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFPB)
46	Artigo	*Estrategias y prácticas para operar el Plan de Logística Sostenible de una Institución de Educación Superior*	CONCEIÇÃO, D.; SEHNEM, S.; SCHNEIDER, P. F. (2023)	Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
47	Artigo	Percepções e práticas sustentáveis adotadas pelos servidores de um centro acadêmico de uma instituição pública de ensino superior	NASCIMENTO, A. L. M.; SILVA, J. B. C. da; MELO, F. J. C. de, PINTO, P. A. L. de A. (2023)	Um Centro Acadêmico de uma universidade pública da região Nordeste
48	Artigo	*Sustainable logistics management plan for a higher education institution: an action plan*	CORDEIRO, M. V. C. C.; NADAE, J. de; NASCIMENTO, D. C. do; MOURA-FÉ, M. M. de, RAMOS, I. M. M. (2023)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *campus* Juazeiro do Norte
49	Artigo	Análise crítica da implementação do Plano de Logística Sustentável da UFC no Campus Russas	OLIVEIRA, R. A.; SILVA, S. F. da; NASCIMENTO, L. L. do; BERNARDO, L. H. de C.; SILVA, D. L. M. da. (2023)	Universidade Federal do Ceará - *Campus* de Russas
50	Artigo	Gestão Ambiental e Sustentabilidade na Administração Pública: diagnóstico para implantação da A3P e do PLS na UNIFAP	MACIEL, R. S.; PINHEIRO, N. G.; MESQUITA, A da S.; MICCIONE, M. M. (2023)	Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
51	Artigo	Plano de gestão de logística sustentável: estudo de caso sobre as ações propostas para a redução do consumo de copos descartáveis no IFPR-FOZ	ALVES, L. F. (2024)	Instituto Federal do Paraná – *Campus* Foz do Iguaçu

Fonte: Elaboração própria (2024).

A análise inicial dos estudos selecionados envolveu a geração de uma nuvem de palavras a partir das palavras-chave (Figura 1), permitindo visualizar os termos mais recorrentes relacionados ao tema desta pesquisa, sendo eles: Sustentabilidade, Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), Administração Pública, Gestão Ambiental, Universidade, Instituições de Ensino Superior, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, e Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

Essa abordagem inicial possibilitou identificar os principais focos temáticos e direcionamentos dos estudos analisados sobre a implementação de práticas sustentáveis na administração pública. Dentre os documentos analisados, destaca-se a revisão sistemática da literatura realizada por Cabral e Guerrieri, em 2023, que analisou 13 estudos relacionados ao tema Plano de gestão de logística sustentável na administração pública federal brasileira. Desde então, novas pesquisas foram publicadas, oferecendo novos *insights* e dados adicionais relevantes que precisam ser incorporados para fornecer um panorama atualizado sobre o tema.

Figura 1 – Nuvem de palavras com as palavras-chave dos estudos analisados

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Dessa forma, a RSL passou a englobar 51 estudos, incluindo alguns que foram publicados após a revisão de Cabral e Guerrieri, oferecendo um panorama mais abrangente e atualizado sobre a implementação dos PLS na administração pública. Os 51 estudos são compostos por 36 artigos e 15 dissertações. É relevante destacar que a grande maioria deles está em português, 88% dos estudos, e os que estão em outros idiomas são de autores nacionais, refletindo o contexto normativo brasileiro que implementou a obrigação dos PLS na administração pública.

Quanto a abordagem metodológica, a maioria dos estudos adotou uma abordagem metodológica qualitativa, cerca de 67%, dando ênfase na compreensão das percepções e experiências dos envolvidos no processo de implementação dos PLS. Os demais estudos (33%) traz a metodologia quantitativa ou mista, utilizando dados numéricos e indicadores nas suas análises.

Além disso, com relação à distribuição geográfica dos estudos analisados, destaca-se a Região Nordeste pelo maior número de estudos relacionados no Quadro 3 desta pesquisa, representando 32%, enquanto a região Norte representa apenas 7%, evidenciando a necessidade de esforços regionais adaptados para promover o interesse sobre o tema de maneira mais uniforme em todo o país.

Quanto à concentração das pesquisas, observou-se que a maioria dos estudos teve como foco Instituições Federais de Educação Superior (IFES), representando 75% das análises. Isso demonstra um forte interesse dessas instituições em adotar práticas sustentáveis em sua gestão. Além desses, os demais estudos foram realizados em outros órgãos da administração pública, como Poder Judiciário e Empresas Estatais, sendo apenas um estudo conduzido no âmbito municipal, pela prefeitura de Cachoeira do Sul/RS. Assim, nota-se que a produção acadêmica sobre PLS ainda é escassa quando se trata de instituições fora da área da educação, apesar da obrigatoriedade de sua implementação em toda administração pública federal, sinalizando uma agenda de pesquisa promissora.

A análise cronológica das publicações revelou um aumento notável no número de estudos a partir de 2021, com os anos de 2022 e 2023 apresentando uma produção considerável de pesquisas sobre o tema. Embora em 2024 tenha sido observada uma queda no número de estudos, esse resultado pode ser decorrente do período de realização dessa pesquisa. Portanto, é provável que novos estudos ainda estejam em fase de publicação, mantendo a tendência de crescimento sobre o tema.

Gráfico 1 – Análise cronológica das publicações

Fonte: Elaboração própria (2024).

Dos trabalhos selecionados destaca-se a professora Rosamaria Cox Moura-Leite da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Ela aparece como autora ou coautora em sete deles, contribuindo significativamente para o tema, com trabalhos sobre práticas de sustentabilidade em IES, identificando as ações e desafios enfrentados, e fornecendo recomendações para a melhoria da sustentabilidade nessas instituições. Suas contribuições demonstram a importância da governança ambiental, da transparência e das efetividades das práticas sustentáveis, bem como a necessidade de melhorias contínuas para alcançar os objetivos do PLS.

No que diz respeito ao conteúdo temático, a maioria dos estudos concentrou-se na implementação e eficácia dos PLS, destacando a importância da execução efetiva desses planos e abordando os desafios enfrentados nesse processo. Várias instituições conseguiram reduzir significativamente o consumo de copos descartáveis e de recursos naturais, como água e energia. Porém, percebe-se que o reaproveitamento de resíduos e a reciclagem são práticas que ainda precisam ser fortalecidas.

Foi possível verificar que alguns órgãos estão investindo em tecnologias sustentáveis, como painéis solares e sistemas de captação de água da chuva, para melhorar a eficiência energética e a gestão de recursos hídricos. Além disso, a criação de comissões e núcleos de gestão ambiental tem sido uma estratégia para coordenar e monitorar as ações sustentáveis, embora a eficácia desses grupos dependa de recursos adequados e apoio institucional.

Alguns dos estudos destacaram que iniciativas voltadas para melhorar a qualidade de vida no trabalho, como ambientes de trabalhos saudáveis e práticas de bem-estar, são componentes importantes dos PLS em diversas instituições. Ações como promoção de atividades físicas, melhoria na ergonomia dos locais de trabalho e programas voltados à saúde mental são citados como exemplos de práticas que promovem a qualidade de vida dos servidores.

Apesar do tema específico de licitações sustentáveis não ter sido amplamente abordado, os estudos apontam para a necessidade de mais pesquisas sobre compras e aquisições sustentáveis. Há também uma percepção positiva entre os servidores sobre a importância desse tema para a sustentabilidade institucional.

No contexto da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, observou-se que os PLS apresentaram maior adesão e foram implementados com mais frequência do que a A3P. Entre as Universidades Federais, 67,65% possuem PLS, enquanto apenas 14,71% dessas

também aderiram à A3P. Os resultados sugerem que uma melhor comunicação, sensibilização e capacitação sobre essa política podem contribuir para uma maior aceitação e engajamento dos servidores, o que poderiam impactar positivamente na adesão institucional à A3P.

Com relação aos desafios comuns identificados nos estudos, estão relacionados a falta de recursos financeiros e humanos como sendo uma barreira recorrente para a implementação efetiva do PLS nas instituições. Também há uma necessidade crítica de maior conscientização e capacitação dos envolvidos sobre práticas sustentáveis, além de limitações na infraestrutura, como a falta de sistemas adequados de coleta seletiva e tratamento de resíduos.

Alguns estudos relataram a resistência institucional e a falta de prioridade para a sustentabilidade como barreiras à implementação do PLS. Ainda, a ausência de indicadores de desempenhos e sistemas eficazes de monitoramento e avaliação impedem uma medição adequada do impacto das ações sustentáveis.

Embora muitos órgãos tenham implementado programas de coleta seletiva, a eficácia e abrangência desses programas variam significativamente nos estudos apresentados. Algumas das instituições conseguiram implementar práticas eficazes de reaproveitamento e reciclagem de resíduos sólidos, reduzindo o impacto ambiental de suas operações. No entanto, outras ainda enfrentam desafios na consolidação de uma gestão integrada de resíduos, seja por falta de recurso, capacitação ou engajamento dos envolvidos.

Por fim, os estudos mostram uma preocupação consistente com a implementação de práticas sustentáveis em instituições públicas, destacando tanto o progresso quanto os desafios enfrentados, como a necessidade de uma maior conscientização, capacitação e alocação de recursos, que ficou evidente em muitos desses estudos, refletindo a complexidade e a importância da sustentabilidade no contexto da administração pública.

5 Considerações Finais

Diante da crescente demanda por recursos naturais e dos impactos ambientais das atividades humanas, os órgãos públicos desempenham um papel essencial na adoção de práticas sustentáveis em suas operações logísticas. A implementação dos Planos de Logística Sustentável (PLS) em órgãos públicos representa um desafio significativo, mas também uma ótima oportunidade para promover a sustentabilidade, otimizar recursos e construir um futuro mais sustentável para todos.

Esta pesquisa, baseada em um levantamento detalhado de 51 estudos sobre os Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) em órgãos da administração pública no Brasil nos últimos dez anos, proporcionou insights significativos sobre sua implementação, os desafios enfrentados e os benefícios obtidos. Os estudos analisados demonstraram que os PLS têm o potencial de contribuir significativamente para a sustentabilidade na logística pública, apresentando benefícios como a redução do consumo de recursos naturais, melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, diminuição do impacto ambiental, economia de custos e aumento da conscientização ambiental. No entanto, existem desafios a serem superados, como a falta de recursos financeiros e humanos, baixo nível de conscientização ambiental e resistência à mudança de hábitos. Superar esses desafios se faz necessário para garantir a eficácia contínua dos PLS e promover uma gestão pública mais sustentável. Uma liderança comprometida com a sustentabilidade faz uma diferença significativa nos resultados obtidos.

Assim, essa pesquisa identificou os principais benefícios, desafios e práticas eficazes associadas ao PLS, servindo de base para futuros estudos e práticas na área. Esse avanço teórico permite um melhor desenvolvimento de políticas e estratégias, além de servir como base para a formulação de novos modelos de gestão logística sustentável. Porém, a pesquisa também apresenta limitações. Uma das principais limitações foi a utilização do termo “PLS” no *String* de busca dos estudos, o que resultou apenas em estudos focados exclusivamente no contexto

brasileiro. Logo, sugere-se que novas pesquisas incluam estudos em outros contextos internacionais para um entendimento mais global do tema.

Por fim, para alcançar uma gestão pública verdadeiramente sustentável, é necessário intensificar os esforços na integração da sustentabilidade na gestão pública, ampliar a participação da sociedade, consolidar a governança ambiental e incorporar as tecnologias da informação e comunicação na gestão ambiental. O comprometimento de toda a organização com a sustentabilidade, desde a alta gestão até os servidores e a comunidade, é fundamental para o sucesso do empreendimento e para a construção de um futuro mais sustentável pleno.

Referências

ALMEIDA, R.; SCATENA, L. M.; LUZ, M. S. da. Percepção Ambiental e Políticas Públicas: Dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 43-64, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20150004r1v2012017

ALSHUWAIKHAT, H.M, *et al*. The Development of a GIS-Based Model for Campus Environmental Sustainability Assessment Sustainability. **Sustainable Education and Approaches**, v.9, n.3, pp. 439-462, 2017. http://dx.doi.org/10.3390/su9030439

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável:** das origens à Agenda 2030. Editora Vozes, 2020.

BARBOSA, G. S.; DRACH, P. R.; CORBELLA, O. D. A Conceptual Review of the Terms Sustainable Development and Sustainability. **International Journal of Social Sciences**, v. III, n. 2, 2014.

BIAGE, V. S. M. de; CALADO, L. R. Análise dos resultados das contratações públicas sustentáveis. **Read. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 21, n. 3, pp. 601-621, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.0612014.54781

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é-o que não é**. 5ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Revista Ampliada, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.746 de 05 de junho de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/141112_IN10.pdf

BURSZTYN, M. A. A.; BURSZTYN, M. Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, E. P. do; VIANNA, J. N. S. (Orgs.). **Economia, meio ambiente e comunicação.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

COSTA, E.; FEREZIN, N. B. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. **Revista Alterjor**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 79-95, 2 ago. 2021. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-1507.v24i2p79-95

DIAS, R. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. In: DIAS, R. **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017

DIAS, R. **Sustentabilidade:** origem e fundamentos; educação e governança global: modelo de desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2015.

DONATO, H; DONATO, M. Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. **Acta Médica Portuguesa,** v. 32, n. 3, p. 227-235, 2019.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). Capacidades estatais para produção de políticas públicas: resultados do *survey* sobre serviço civil no Brasil. **Cadernos ENAP 56**, Brasília, 2018.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 15, n. 3, p. 667-681, jul. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157473

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], n. 118, pp. 189-206, mar. 2003. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742003000100008
KITCHENHAM, B. Procedures for Performing Systematic Reviews. **Keele University Technical Report**. UK, 2004.
KITCHENHAM, B, BRERETON, P. A systematic review of systematic review process research in software engineering**. Information and Software Technology,** v. 55, 2013, p.2049-2075.
KLARIN, T. The Concept of Sustainable Development: from its beginning to the contemporary issues. **Zagreb International Review of Economics and Business**, [S.L.], v. 21, n. 1, pp. 67-94, 1 maio 2018. Walter de Gruyter GmbH. http://dx.doi.org/10.2478/zireb-2018-0005
LAURELL, H. *et al.* G. Re-testing and validating a triple bottom line dominant logic for business Sustainability, **Management of Environmental Quality**, v.30, n3, pp. 518-537, 2019. https://doi.org/10.1108/MEQ-02-2018-0024
MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**, n.16, 2004.
MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021**. Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Púbica Federal direta, autárquica e fundacional. Brasília – DF, 2021.
MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023**. Institui o modelo de referência do Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS de que trata o art. 7º da Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021. Brasília – DF, 2023.
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **Cartilha da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental**. Brasília/DF, 5.ed. Revista e atualizada, 2009.
NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, pp. 51-64, 2012.
ONU. **Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente**, 1972. Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc
ONU. **Nosso Futuro Comum**, 1987. Disponível em: http://www.onu.org.br/rio20/documentos/
ONU. **Declaração do Rio.** 1992a. Disponível em: http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf
ONU. **Agenda 21 Global**. 1992b. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/cap01.pdf
ONU. **Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. 2015.
POPESCU, F. *et al*. How Do Students Assess the Sustainability of Their University? A Comparison between Dutch and Romanian Students from Business Schools. **Amfiteatru Economic**, v. 22, n. 54, pp. 411-431, 2020. https://doi.org/10.24818/EA/2020/54/412
SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.
SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxionomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade,** v.17, n.1, pp.1-22, 2014.
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, **Relatório Anual de Atividades: 2017** - Brasília. 2018.
VALENTE, M. A. L. **Marco legal das licitações e compras sustentáveis na Administração Pública.** Brasília: Biblioteca Digital Câmara, 2011.
VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2006.
VEIGA, J. E. da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.